

## **8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**20.04.2016**

**Ponto 2.1**

**Intervenção VFM**

### **Prestação de Contas do Município de Odivelas – ano 2015**

Apenas mais algumas notas, sendo que os meus camaradas Rui Francisco e Maria da Luz colocaram questões estruturantes da nossa avaliação.

A análise da prestação de Contas do Município de Odivelas do ano de 2015 confirma o que afirmámos aquando da discussão das GOP e do Orçamento: as opções de gestão assumidas pelo PS na presidência da CMO, com o apoio do PSD condicionam de forma muito negativa a intervenção que seria necessário e possível levar a cabo nas áreas de competência do Município tendo por base opções diferentes de distribuição dos recursos financeiros disponíveis e a disponibilizar e tendo como prioridade uma gestão pública apostada num forte investimento na correção das assimetrias existentes no Concelho nas suas esferas de competência.

Um exemplo de uma opção errada de gestão dos recursos públicos encontra-se na PPP, que de acordo com os dados constantes nos documentos tiveram uma taxa de execução de 2,1 milhões de euros (Volume 2 Relatório de Gestão, pagina 67).

O Contrato de arrendamento anual do Pavilhão Multiusos estabelece que entre 1 Janeiro de 2012 e 17 de Setembro de 2036 fixa uma renda anual de 1. 064. 450,04 Euros. Quanto à Escola EB 1/JI do Casal dos Apréstimos o contrato de arrendamento estabelece uma renda anual de 680 mil euros entre Janeiro de 2012 e 17 de Setembro de 2036. Montantes que são anualmente atualizados à taxa de 2%. (Notas ao balanço e à demonstração de resultados).

Dirão que falamos sempre disto. A verdade é que em todos os Orçamentos e respetiva prestação de contas as faturas estão lá, e por muito tempo. E por isso temos defendido, que no mínimo, se proceda à sua renegociação como aspeto integrante de um verdadeiro plano de redução de despesas desadequadas do interesse do Município.

Acresce, o esforço que consideramos dever ser feito para a redução de verbas envolvidas com rendas de aluguer de edifícios onde funcionam serviços municipais dispersos. E particularmente visível o volume de verbas envolvidas com a aquisição de serviços externos que em muitos casos, com vantagem, deveriam ser executados pela CMO. Há claramente uma recusa na assunção de responsabilidades de gestão direta em diversos domínios que é acompanhado por um deliberado e um forte desequilíbrio no seu quadro de pessoal, entre o peso da componente técnica e de assistente técnico e um residual peso na área operacional.

É por opção de quem gere o Município que não há uma verdadeira equipa de intervenção direta para realização de obras de pequena e média dimensão, que não existe um serviço de expediente próprio continuando a recorrer-se a uma empresa privada.

Acresce a falta de aproveitamento integral de todos os recursos técnicos existentes na autarquia. Este não é um problema desta prestação de contas de 2015 é uma opção estruturante de quem gere a CM que opta de forma estruturante e como modelo de gestão dando prioridade à aquisição de serviços externos de todo o tipo em vez de otimizar os recursos de que dispõe.

Nunca dissemos, nem dizemos que a autarquia dispõe de meios financeiros para realizar tudo o que é necessário.

Mas é uma evidência que deveriam ser canalizados mais recursos financeiros para corrigir assimetrias visíveis em domínios como a requalificação do espaço público, a beneficiação e reparação de espaços urbanos em vários locais do concelho, a melhoria e criação de novas zonas verdes e de parques infantis, no domínio da limpeza das linhas de água, de espaços expectantes e da limpeza urbana.

Existem dois pesos e duas medidas: nuns casos pede-se aos trabalhadores que andem a angariar patrocínios para obter meia dúzia de garrafas de água para eventos, que significam “tostões” para o orçamento municipal e noutros, não se avalia como se poderão poupar “milhares” para serem canalizados para os investimentos necessários.

Apenas, um pequeno mas elucidativo exemplo, a CMO fechou o Refeitório Municipal a 16 de Julho de 2015 catorze anos após a sua abertura. A CMO suportou durante todos esses anos uma renda elevadíssima: 4 235 euros mensais, que nunca se tentou renegociar, ou encontrar outro local para a prestação deste serviço que permitisse reduzir custos desadequados e que permitisse uma centralidade adequada ao conjunto dos trabalhadores dispersos pelos diversos serviços municipais. Quem gere a CMO nunca enfrentou este problema visando dar-lhe resposta. O processo foi-se arrastando com custos financeiros para o município e sem benefícios para os trabalhadores que foram deixando de o utilizar. Foi a estratégia do “deixar andar” para, no final, acabar com este importante benefício para os seus trabalhadores.

O ano de 2015 continuou a ser um ano de oportunidades perdidas. Projetos “bandeira” do PS, vão passando de Orçamento para Orçamento. Obras absolutamente necessárias vão passando, de orçamento em orçamento.

E, por último, uma palavra relativa à síntese das atividades municipais no que concerne às iniciativas para os trabalhadores.

É referido o Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas e o seu 9º aniversário como se de uma entidade municipal se tratasse. Na verdade não o é, ainda que como temos referido deva merecer todo o apoio da parte da CMO.

Acresce, a insuficiência de meios financeiros associados à saúde ocupacional e a ausência que parece existir na área da formação a domínios de interesse como o são a prevenção da sinistralidade laboral, ou dos primeiros socorros entre outras.

Odivelas 20 de Abril de 2016

Os Vereadores da CDU